

ESTRATÉGIAS DE CARREIRA POLÍTICA EM PERSPECTIVA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DOS DEPUTADOS FEDERAIS JOVENS BRASILEIROS (2002-2022)

POLITICAL CAREER STRATEGIES IN PERSPECTIVE: A STUDY PROPOSAL OF YOUNG BRAZILIAN FEDERAL DEPUTIES (2002-2022)

ESTRATEGIAS DE CARRERA POLÍTICA EN PERSPECTIVA: UNA PROPUESTA DE ESTUDIO DE JÓVENES DIPUTADOS FEDERALES BRASILEÑOS (2002-2022)

Cláudio André de Souza¹, Cláudio Gonçalves Couto²

DOI: 10.54899/dcs.v22i85.4131

Recibido: 01/12/2025 | Aceptado: 25/12/2025 | Publicación en línea: 29/12/2025.

RESUMO

Este artigo discute as estratégias de carreira política dos deputados federais jovens (21–34 anos) eleitos no Brasil entre 2002 e 2022. Partindo do debate sobre profissionalização da política e recrutamento de elites, articulamos a literatura de ambição política com os estudos recentes sobre carreiras em sistemas multinível e dinastias políticas. No plano teórico, retomamos Schlesinger e a produção posterior sobre ambição progressiva para mostrar como oportunidades institucionais, padrões de competição e trajetórias ocupacionais estruturam as escolhas de carreira. Em diálogo com Borchert, Gelape e a literatura sobre capital familiar, propomos o conceito de ambição política familiar para designar estratégias de carreira ancoradas em recursos herdados de famílias políticas, em um federalismo que conecta arenas locais, estaduais e nacionais. Empiricamente, realizamos análise descritiva de dados do TSE sobre as eleições de 2002–2022, identificando a presença relativa dos jovens nas bancadas federais, sua distribuição por faixa etária e gênero e a incidência de capital político familiar entre os eleitos. Os resultados indicam que, apesar do leve aumento da presença feminina, os jovens permanecem sistematicamente sub-representados e fortemente concentrados em dinastias políticas, o que reforça a reprodução de elites e limita o potencial renovador da representação juvenil na Câmara dos Deputados.

Palavras-chave: Carreira Política. Ambição Política. Família. Juventude. Deputados Federais.

ABSTRACT

This article examines political career strategies among young federal deputies (aged 21–34) elected to the Brazilian Chamber of Deputies between 2002 and 2022. Building on the literature on political professionalization and elite recruitment, we connect classic studies of political ambition to recent research on careers in multilevel systems and political dynasties. Theoretically,

¹ Doutor em Ciências Sociais, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas (FGV - EAESP), Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: claudioandre@unilab.edu.br

² Doutor em Ciência Política, Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas (FGV - EAESP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: claudio.couto@fgv.br

we revisit Schlesinger's framework of progressive ambition and subsequent contributions to show how institutional opportunities, patterns of competition and occupational trajectories structure politicians' career choices. In dialogue with Borchert, Gelape and the literature on family capital, we propose the concept of family political ambition to capture career strategies anchored in inherited political resources within a federal system that links local, state and national arenas. Empirically, we conduct a descriptive analysis of electoral data from the Brazilian Electoral Court (TSE) for the 2002–2022 elections, mapping the relative presence of young deputies in the federal benches, their distribution across age groups and gender, and the incidence of family political capital among those elected. The findings show that, despite a modest increase in women's presence, young deputies remain systematically underrepresented and heavily concentrated in political dynasties, reinforcing elite reproduction and constraining the renewal potential of youth representation in the Chamber of Deputies.

Keywords: Political Career. Political Ambition. Family Dynamics. Youth. Brazilian Federal Deputies.

RESUMEN

Este artículo analiza las estrategias de carrera política de jóvenes diputados federales (21-34 años) electos en Brasil entre 2002 y 2022. Partiendo del debate sobre la profesionalización de la política y el reclutamiento de élites, articulamos la literatura sobre ambición política con estudios recientes sobre carreras en sistemas multinivel y dinastías políticas. Teóricamente, retomamos a Schlesinger y trabajos posteriores sobre ambición progresista para mostrar cómo las oportunidades institucionales, los patrones de competencia y las trayectorias ocupacionales estructuran las elecciones profesionales. En diálogo con Borchert, Gelape y la literatura sobre capital familiar, proponemos el concepto de ambición política familiar para designar estrategias de carrera basadas en los recursos heredados de las familias políticas, dentro de un federalismo que conecta los ámbitos local, estatal y nacional. Empíricamente, realizamos un análisis descriptivo de los datos del TSE (Tribunal Superior Electoral) sobre las elecciones 2002-2022, identificando la presencia relativa de jóvenes en los escaños federales, su distribución por grupo de edad y género, y la incidencia del capital político familiar entre los electos. Los resultados indican que, a pesar de un ligero aumento en la representación femenina, los jóvenes siguen estando sistemáticamente subrepresentados y fuertemente concentrados en dinastías políticas, lo que refuerza la reproducción de las élites y limita el potencial de renovación a través de la representación juvenil en la Cámara de Diputados.

Palabras clave: Carrera Política. Ambición Política. Familia. Juventud. Diputados Federales.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

PROFISSIONALIZAÇÃO E CARREIRA POLÍTICA EM DEBATE

A literatura sobre elites políticas reforça um processo de profissionalização da atividade

parlamentar nas democracias contemporâneas caracterizado pela transformação da política em ocupação de tempo integral com critérios específicos de especialização e reprodução social (Weber, 2004; Alcántara Sáez, 2012; Borges, 2013). Este fenômeno manifesta-se na consolidação de carreiras políticas estáveis no interior das instituições representativas a partir da modernidade, distanciando-se do modelo de participação esporádica ou honorífica que caracterizou períodos anteriores.

Max Weber operou a distinção entre aqueles que fazem política como um chamado (“viver para a política”) daqueles que transformam a política em seu meio intransponível de subsistência (“viver da política”). Para o sociólogo alemão, a modernidade política se caracteriza, entre outros aspectos, pela emergência de estruturas burocráticas e institucionais que demandam profissionais qualificados e especializados na gestão dos assuntos públicos. A política deixa, assim, de ser exercida majoritariamente por notáveis, aristocratas ou cidadãos circunstanciais, para se tornar um campo autônomo disposto com regras internas, hierarquias próprias e mecanismos específicos de reprodução de poder (Weber, 2004). Ou seja, a profissionalização é compreendida como um processo no qual os agentes políticos desenvolvem um tipo de carreira especializada, acumulando capital político, redes de apoio, *expertise* institucional e competências estratégicas que permitem permanecer, ascender e influenciar de forma endógena o sistema político representativo (Alcántara Sáez, 2012).

Conforme Mackenzie (2009), é possível definir quatro linhas interpretativas sobre carreiras políticas em estudos desenvolvidos nas últimas décadas, isto, giram em torno de agendas de pesquisa sobre recrutamento, institucionalização, modelos em nível individual de reeleição ou aposentadoria e pesquisas específicas sobre ambição política. Segundo Gelape (2022, p. 33),

os estudos sobre recrutamento concentram-se em compreender porque indivíduos se tornam candidatos, seja por motivos individuais ou a partir da discussão do papel de quem seleciona esses indivíduos, como os partidos (Norris; Lovenduski, 1995; Norris, 2013; Hazan, 2002; Bolognesi, 2013; Bolognesi; Perissinotto; Codato, 2016; Bó et al., 2017). Já os trabalhos sobre institucionalização se referem ao uso de dados agregados para explicar a profissionalização das carreiras e, em especial, de casas legislativas (Polsby, 1968; Squire, 2006; Squire, 2007; Squire, 2015). Segundo Mackenzie (2009, p. 5), os modelos de nível individual sobre reeleição e aposentadoria se tornaram a principal abordagem do campo desde o início dos anos 1990. Para o autor, esses trabalhos são caracterizados por dividir o processo de geração das carreiras em uma série de escolhas — normalmente chamadas de decisões de carreira — nas quais políticos precisariam tomar decisões sobre quais cargos concorrer, e que seriam o objeto das investigações (Rohde, 1979; Kiewiet; Zeng, 1993; Hall; Houweling, 1995). Por fim, aqueles trabalhos sobre *ambição política* visam identificar as trajetórias que resultam em determinados cargos (em especial, aqueles mais altos). Em geral, esta literatura adota o pressuposto de que políticos desejam cargos mais altos do que aqueles que atualmente ocupam (Schlesinger, 1966; Maestas et al., 2006; Mackenzie, 2009).

De uma maneira geral, a literatura sobre carreiras políticas parte da constatação de que as democracias representativas produziram profissões políticas com trajetórias relativamente previsíveis e estruturas de oportunidade específicas, o que implica recrutamento, seleção de candidaturas e mobilidade no interior de arenas e níveis de governo (municipal, estadual e federal). Em termos conceituais, podemos entender como carreira política o processo político voltado a uma sequência de postos e experiências que um(a) político(a) percorre ao longo do tempo, combinando ambições individuais e incentivos institucionais estabelecidos em contextos partidários e territoriais (Borchert, 2011; Stolz, 2003). Em sistemas políticos multinível, as oportunidades de carreira dependem da disponibilidade, acessibilidade e atratividade de cargos, e do grau de profissionalização do sistema político.

O CONCEITO DE AMBIÇÃO POLÍTICA

O trabalho de pesquisa desenvolvido por Schlesinger (1966) postula a ambição política como um motor central das carreiras parlamentares, funcionando como variável interveniente entre estruturas de oportunidades institucionais e comportamentos políticos observáveis entre os políticos. Este modelo parte de três premissas fundamentais: (a) políticos são atores racionais que avaliam continuamente custos e benefícios de suas escolhas de carreira; (b) a estrutura institucional condiciona o conjunto de oportunidades disponíveis, definindo quais cargos existem, seus prestígios relativos, custos de entrada e probabilidades de sucesso; e (c) as preferências individuais por progressão, estabilidade ou saída variam conforme cálculos sobre riscos, recursos disponíveis e alternativas (Schlesinger, 1966). Este framework tornou-se referência fundacional nos estudos sobre carreiras legislativas, sendo testado e refinado em múltiplos contextos nacionais (Black, 1972; Rohde, 1979; Borchert, 2011; Brace, 1984).

Neste sentido, a definição de Schlesinger avança pelo caráter metodológico em observar de forma confiável os motivos que levam os políticos a movimentarem as suas carreiras. A categorização da ambição política diferencia-se em três tipos observáveis: a **ambição progressiva** ocorre quando o político almeja um crescimento na hierarquia dos cargos em direção às posições consideradas de maior prestígio, poder ou visibilidade pública, isto é, quando um político se move para passar de um parlamento local para uma assembleia estadual, por exemplo, é um caso típico de ambição progressiva. Já a **ambição estática** é observada quando a liderança

política escolhe permanecer no mesmo cargo, maximizando os recursos, prestígio e influência oriundos da estabilidade na ocupação do mesmo cargo ao longo do tempo. A lógica de construção de poder no interior de uma mesma arena almeja o acúmulo de força contínuo. A **ambição discreta** existe se o político busca apenas um mandato ou um ciclo específico de atuação, sem apresentar pretensão de continuidade na carreira, seja por desinteresse ou por avaliar que os custos superam os benefícios. Para capturar este fenômeno, Anastasia, Corrêa e Nunes (2012, p. 102-107) propõem o conceito de **ambição regressiva**, isto é, existe um tipo de movimento estratégico no qual políticos eleitos optam por posições formalmente inferiores na hierarquia dos cargos (não-eletivos, de segundo escalão), mas que oferecem vantagens comparativas em termos de estabilidade institucional, acesso a recursos orçamentários, construção de redes de patronagem ou redução de custos eleitorais. A acepção 'regressiva' refere-se estritamente à lógica hierárquica formal dos cargos (eletivo → não-eletivo), não implicando necessariamente perda de poder ou influência política (Anastasia; Corrêa; Nunes, 2012).

O que Schlesinger (1966) ressalta, no geral, é que há uma estrutura institucional de oportunidades enquanto um conjunto de instituições que oferece possibilidades, vantagens e desvantagens, tendo efeito sobre as ambições de carreira dos políticos, além do que, há um viés neoinstitucionalista da escolha racional, já que os políticos tomam suas decisões sob os incentivos localizados nas instituições políticas (HALL; TAYLOR, 2003).

Há outros fatores críticos à teoria de Schlesinger tenha estabelecido um framework analítico influente, críticos apontam limitações importantes quando aplicada a sistemas políticos que divergem do caso norte-americano. Três conjuntos de críticas merecem destaque: em primeiro lugar, o modelo assume um contexto institucional relativamente estável e previsível - pressuposto problemático em democracias com alta volatilidade partidária, frequentes reformas eleitorais ou instabilidade institucional (Mainwaring; Torcal, 2006). Em sistemas multipartidários fragmentados, a estrutura de oportunidades altera-se continuamente através de coligações, fusões partidárias e mudanças de legendas, dificultando cálculos de longo prazo. Em segundo lugar, Schlesinger (1966) privilegia a dimensão vertical da ambição (local → estadual → nacional), subestimando movimentos laterais entre Executivo e Legislativo ou transições entre arenas partidárias e estatais. Já o trabalho de Samuels (2003) demonstra que, em sistemas presidencialistas com forte federalismo fiscal, cargos executivos estaduais podem ser mais atrativos que posições legislativas nacionais, invertendo a hierarquia presumida. Por fim, o modelo original não incorpora adequadamente o papel dos partidos políticos como *gatekeepers*

do recrutamento. Cox e McCubbins (1993) argumentam que organizações partidárias estruturam oportunidades de carreira através de controle sobre nomeações, recursos de campanha e apoios institucionais, adicionando camada de complexidade ao cálculo individual da ambição.

A literatura avança com as contribuições de Black (1972), preconizando que os políticos tomam decisões de carreira sob efeito estrutural das decisões a serem consideradas pela estrutura de oportunidades (1); o poder do cargo em disputa (2); e (3) os custos associados à disputa (Gelape, 2022), o que abriu espaço para uma inflexão teórica, saindo de uma visão das carreiras política mais macro para uma dimensão “micro” (Kousser; Mackenzie, 2014 apud Gelape, 2022). O trabalho de Fox e Lawless (2011) ressalta que existe uma perspectiva mais dinâmica entre os fatores que levam os políticos a empreenderem uma carreira política.

A nossa proposta analítica perpassa pelo alinhamento ao trabalho de Borchert (2011) e a sua identificação quanto aos quatro aspectos do ambiente institucional no qual influencia as carreiras políticas, conforme análise de Gelape (2022, p. 40):

existem quatro aspectos do ambiente institucional que afetariam esses elementos: a organização do estado, a estrutura das instituições políticas, a forma de representação e as organizações políticas (BORCHERT, 2011, 123-129). A organização do estado se refere a quantos são e quais as competências dos diferentes níveis de governo. A estrutura das instituições políticas está ligada ao poder, institucionalização, profissionalização dos órgãos para os quais políticos ambicionarão cargos: por exemplo, como se conectam Executivo e Legislativo? Quão institucionalizada é a Assembleia Legislativa? A forma de representação diz respeito ao sistema eleitoral, englobados tanto o *selectorate* partidário que pode fazer a primeira seleção de candidatos (RAHAT, 2007; HAZAN; RAHAT, 2010) quanto o eleitorado. Por fim, as organizações políticas são, prioritariamente, os partidos políticos, que coordenam as disputas, organizando recrutamento e treinamento de candidatos, estratégias de campanha, entre outros. Além deles, Borchert (2011) também cita a existência de grupos de interesse. A partir dessas considerações, Borchert (2011) nota que as carreiras são conformadas por dois fatores: movimentos e conexões. Enquanto indivíduos ambiciosos, políticos — ou, ao menos, políticos profissionais — desejam conquistar cargos mais importantes. Para avançar, eles precisam se movimentar entre eles. E esses movimentos geralmente conectam diferentes cargos — horizontalmente, se considerados cargos no mesmo nível, ou verticalmente. Os diferentes padrões de carreira são formados a partir da quantidade de movimentos, a sua direção e o tipo de conexão.

O autor consegue avançar na literatura ao entender que existem três tipos de carreira em sistemas multinível, são os modelos *unidirecional*, que pressupõe a previsibilidade clara de busca por cargos mais altos em um cenário territorial (nacional > estadual/regional > local), conforme análise de Gelape (2022, p. 41). Há também o modelo alternativo, quando um número de caminhos está dados por constrangimentos legais e/ou políticos dentro de uma mesma instituição, ou seja, se um político constrói sua carreira no Legislativo teria mais dificuldade de transitar para

o Executivo, ou até mesmo políticos locais seriam expurgados da tentativa e sucesso de obtenção de uma carreira política nacional (Figura 1).

Figura 1 – Carreiras políticas em sistema multinível por Borchert (2011)



Fonte: elaborado por Gelape (2022) com base em Borchert (2011, p. 132)

O terceiro modelo perpassa pelo padrão integrado, o que significa que

as fronteiras entre níveis de governo e/ou tipos de instituições que constituem o padrão alternativo não existem. Também não existe uma hierarquia clara como no modelo unidirecional. Cargos políticos constituem oportunidades em que atores escolhem segundo os custos e benefícios que eles atribuem em cada situação. [...] O número absoluto de oportunidades encoraja o movimento, mas não existe um topo e uma base e os caminhos das carreiras, portanto, variam muito. Além disso, devem ser vistas mais opções para aqueles políticos que já passaram pelo ápice das suas carreiras. Ao invés de serem forçados para fora do jogo como um todo, eles podem encontrar posições mais cômodas (*fall-back positions*) dentro da profissão política que seriam aceitas e não vistas como uma indignidade. (Borchert, 2011, p. 131 apud Gelape, 2022, p. 41-42).

Segundo Gelape (2022), o trabalho posterior de Santos e Pegurier (2011) preconiza que o modelo integrado responde mais próximo ao caso brasileiro. Neste caso, a nossa proposta no âmbito da pesquisa vai além e entende que os padrões de carreira dos deputados federais jovens estão intrinsecamente ligados à representação das elites políticas locais, mas perpassa pelos interesses familiares posicionados no interior do sistema político. Se há grupos que dominam por muito tempo a política municipal no Brasil, há um grupo seletivo de famílias que criam atalhos nas

estratégias de carreira política, gerando uma dominância no âmbito estadual em convergência com as arenas de representação e carreira em nível nacional.

Em síntese, propomos o debate analítico em torno da existência de um tipo de **ambição política familiar** como variável dependente, que ocorre quando as elites se mobilizam e criam estratégias para ocupar espaços de representação em diversos níveis diante do nosso federalismo, sendo que o elemento familiar é a principal racionalidade estratégica para impulsionar a ascensão e manutenção de carreiras políticas em nível federal, mas ocorre algo semelhante na política municipal. De forma exploratória, esta nova agenda de pesquisa que pode avançar na ciência política brasileira pode revelar que as elites atuam para além dos partidos políticos, mas estabelecem interesses que atravessam o tempo, as diferentes estratégias eleitorais e ciclos de poder entre o governismo e a oposição.

POR QUE AMBIÇÃO POLÍTICA FAMILIAR?

A análise da profissionalização e das trajetórias de carreira política no Brasil contemporâneo requer em nosso argumento aqui a incorporação de uma dimensão analítica frequentemente negligenciada nos modelos clássicos de ambição: o papel do capital político familiar na estruturação de oportunidades de acesso, permanência e progressão de carreiras nas instituições representativas. Por capital político familiar compreende-se o conjunto de recursos transmitidos de forma inter-geracional dentro de famílias com histórico de ocupação de cargos eletivos ou posições de poder político, incluindo: (a) reconhecimento de sobrenome e reputação herdada; (b) redes eleitorais consolidadas e transferíveis; (c) expertise política adquirida através de socialização precoce; (d) acesso facilitado a financiamento de campanha; e (e) conexões com estruturas partidárias e estatais (Dal Bó; Dal Bó; Snyder, 2009; Miguel; Marques; Machado, 2015).

Este conceito distingue-se analiticamente da noção de “capital social” no sentido bourdieuano amplo, referindo-se especificamente a recursos políticos herdados através de vínculos de parentesco com detentores prévios de mandatos eletivos ou posições políticas relevantes.

A relevância analítica do capital familiar para estudos de recrutamento político fundamenta-se em três argumentos teóricos convergentes observados na literatura comparada, já que a perspectiva institucionalista sobre custos de entrada na carreira política perpassam por

sistemas eleitorais competitivos, que demandam investimentos crescentes em reconhecimento de nome, construção de bases eleitorais e financiamento de campanha. Em primeiro lugar, as famílias com histórico político constituído reduzem drasticamente estes custos de entrada, funcionando como uma espécie de “atalho” para superação de barreiras institucionais e financeiras ao recrutamento (Dal Bó; Dal Bó; Snyder, 2009). Vale ressaltar que a teoria da socialização política impõe que indivíduos criados em ambientes familiares politicamente ativos desenvolvem desde cedo competências específicas ao campo político - conhecimento de procedimentos, linguagens, redes de contato, estratégias eleitorais - constituindo vantagem competitiva substantiva em relação a candidatos sem este *background* (DAL BÓ; DAL BÓ; SNYDER, 2009).

Por fim, a perspectiva da reprodução de elites leva ao fato que as dinastias políticas constituem mecanismo de perpetuação endógena de grupos no poder, reduzindo mobilidade social na representação e transformando cargos eletivos em recursos praticamente hereditários de determinadas famílias. Esta dimensão conecta estudos de carreiras políticas com uma literatura mais ampla sobre desigualdade política e qualidade da democracia (QUERUBÍN, 2016; MENDOZA et al., 2012).

No contexto brasileiro, o estudo de Miguel, Marques e Machado (2015) constitui referência fundamental para análise empírica do peso do capital familiar no recrutamento legislativo nacional. Analisando dados de deputados federais eleitos entre 2002 e 2010, os autores identificam que a herança política constitui a segunda via mais importante de acesso à Câmara dos Deputados, superada apenas pelo capital econômico. Os autores demonstram que a prevalência de capital familiar varia significativamente por: (a) gênero, sendo mais frequente entre deputadas mulheres; (b) perfil ideológico partidário, com maior incidência em partidos de direita; e (c) região, com destaque para estados do Nordeste. Estas variações sugerem que o capital familiar funciona como mecanismo compensatório particularmente importante para grupos com menores recursos alternativos de entrada na carreira política.

Ao analisar dados de 2002 a 2010, os autores apontam um dado crucial da pesquisa que a herança política é a segunda via mais importante de acesso ao Legislativo nacional, ficando atrás somente do capital econômico. Este peso não se distribui de forma homogênea, mas nota-se que mulheres, candidatos em partidos à direita e lideranças eleitas no Nordeste aparecem como grupos em que a presença de um sobrenome político preexistente é ainda mais prevalente na composição das bancadas parlamentares federais. Em todos os casos, a família fornece um

caminho inicial de socialização e participação política, mas também estruturas eleitorais já montadas, redes de financiadores e reconhecimento público, funcionando como um capital simbólico que facilita a entrada e reduz custos de carreira no âmbito da competição política.

Dal Bó, Dal Bó e Snyder (2009) mostram por meio da análise de dados comparados que a presença de famílias políticas é recorrente em diversas democracias e associa-se à reprodução endógena (quase sistêmica) das elites. O estudo de Geys (2017) reforça que a política familiar é um fenômeno global, no qual a posse de um sobrenome político funciona como recurso eleitoral tão poderoso quanto o financiamento de campanha. No Brasil, este processo também foi analisado por Messias (2019) em estudo sobre os vereadores de Salvador (BA) ao identificar que aqueles com conexões familiares ou redes partidárias sólidas estabelecidas tiveram mais chances de transformar mandatos locais em “trampolins” para conquistar cargos estaduais ou federais. O que argumentamos de forma direta, é que o capital familiar deve ser compreendido para além de uma herança passiva, mas como um tipo de estratégia ativa de racionalidade política, algo que a pesquisa observa quanto ao perfil dos deputados jovens que chegam cedo ao Congresso, muitas vezes, não partem do zero, mas são herdeiros de uma socialização política precoce e aprendem desde cedo a lógica das campanhas, conduzindo o planejamento das suas carreiras com base em estruturas que precedem qualquer traço da sua trajetória pessoal.

De maneira geral, a socialização antecipada molda a sua ambição política (Schlesinger, 1966), permitindo que suas escolhas de permanecer, ascender ou recuar em determinada conjuntura sejam feitas a partir de posições de vantagem explicitamente situadas no contexto institucional. O trabalho de Codato e Sainz (2023) sobre carreiras na Câmara reforça o diagnóstico ao demonstrar que as trajetórias mais estáveis e duradouras estão frequentemente ligadas a parlamentares com forte inserção endógena nos partidos e, não raro, com histórico familiar consolidado. A mesma lógica está presente na pesquisa de Lucas Gelape (2022) já citada anteriormente, que investigou carreiras locais, percebendo que a estabilidade de reeleições sucessivas, em especial em contextos municipais, é frequentemente garantida por vínculos familiares que estruturam bases eleitorais fiéis e estáveis ao longo do tempo.

Vale lembrar que o presidencialismo de coalizão brasileiro (Abranches, 1988; Couto, 1995; Amorim Neto, 2006; Borges & Sanches Filho, 2016; Testa, 2023) amplia ainda mais a relevância da dimensão familiar, já que a ocupação de cargos no Legislativo federal oferece acesso privilegiado a recursos e poder, tornando o capital herdado um diferencial competitivo, que, nos últimos anos por conta da mudança das regras de acesso a emendas parlamentares

tornou-se sem precedentes na história política do Brasil. Os deputados oriundos de famílias políticas podem permanecer por muitos mandatos consecutivos na Câmara, combinando a lógica da ambição estática com a reprodução de dinastias locais e regionais, um padrão em que a carreira política se estrutura pela racionalidade estratégica individual e joga a favor da continuidade de grupos familiares que tratam a política como uma profissão de longo prazo.

O CASO DEPUTADOS FEDERAIS JOVENS BRASILEIROS

A escolha pela ferramenta analítica da ambição política se afasta de um estudo centrado em uma escolha política meramente individual na observação das carreiras, mas passa a entendê-la como resultado da interação entre variáveis institucionais, partidárias, familiares e territoriais, agindo sob uma racionalidade estratégica na qual a presença na Câmara dos Deputados assumiu nas últimas décadas uma centralidade de poder com destaque em nível nacional e com ascendência sobre a política em nível estadual, o que revela um padrão no qual a ambição progressiva tradicional se combina com estratégias de estabilidade parlamentar, o que explica, em grande medida, porque o cargo de deputado federal não se reduz a uma etapa na trajetória política, mas frequentemente é o ponto de estabilização de carreiras para parlamentares com alto capital familiar, inserção partidária consolidada e capacidade de articulação institucional bidimensional nos níveis nacional e estadual.

Também devemos levar em consideração que a Constituição Federal de 1988 estabelece de forma distinta a idade mínima para concorrer aos cargos eletivos no país, o que varia conforme a relevância e a complexidade do cargo (artigo 14, §3º, inciso VI). Observa-se que o cargo de Deputado Federal é o ponto mais alto considerando-se a idade mínima de 21 anos para o início de uma carreira política que não se reduza aos interesses locais (Tabela 1).

Tabela 1 – Idade mínima para ocupação de cargos eletivos no Brasil.

Cargo	Idade mínima
Vereador	18 anos
Prefeito	21 anos
Vice-Prefeito	
Deputado Federal	21 anos
Deputado Estadual	
Deputado Distrital	
Governador	30 anos
Vice-Governador	
Senador	35 anos
Presidente da República	

Vice-Presidente da República	
------------------------------	--

Fonte: elaboração dos próprios autores.

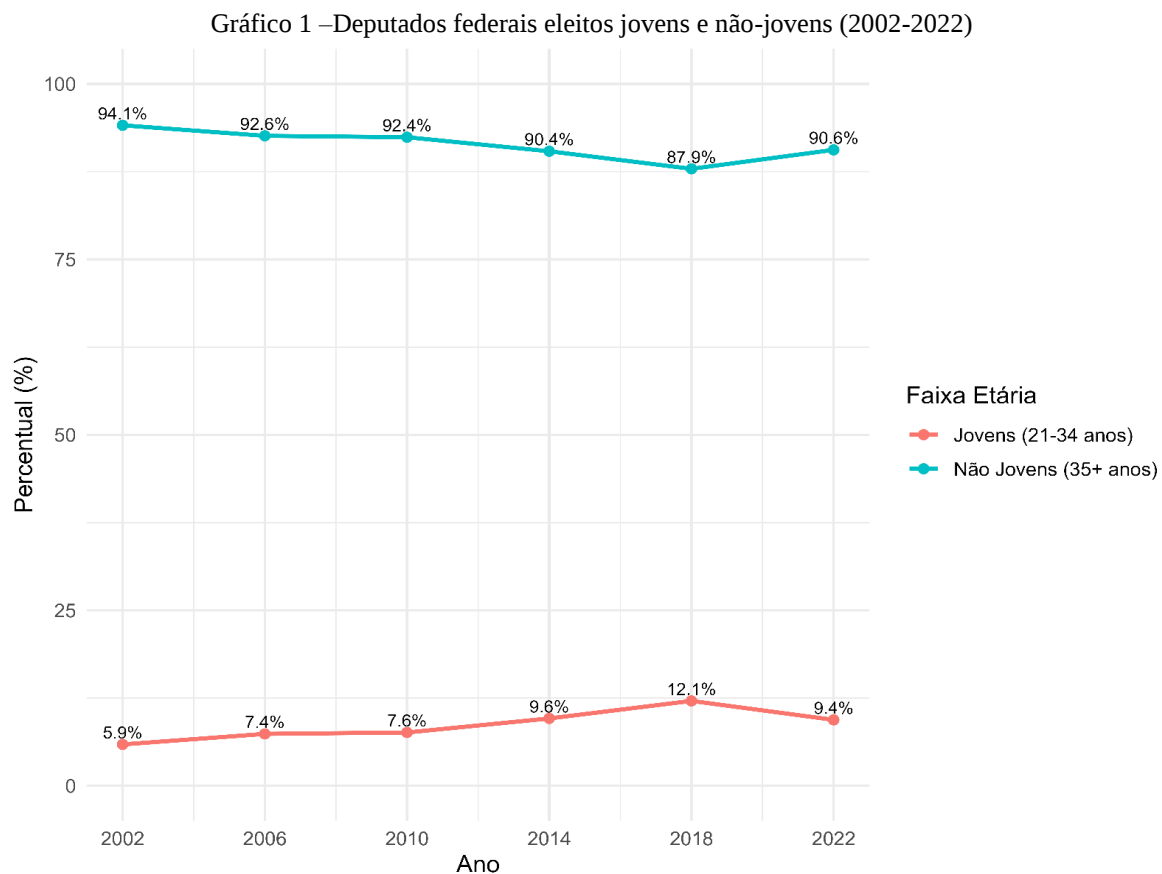
As pesquisas recentes de Codato e Sainz (2023), Borges e Sanches Filho (2016), assim como de Gelape (2022) citado anteriormente reforçam a consolidação do Legislativo federal como centro de poder e estabilidade, prevalecendo, portanto, na forma de ambição estática como uma estratégia predominante, em que pese seja permeada por movimentos eventuais de progressão ou regressão a depender das condições contextuais do ambiente político e do perfil específico das carreiras políticas em construção. Marques, Machado e Miguel (2015) sugerem que a persistência de “famílias políticas” desafia a expectativa de que eleições competitivas, por si só, assegurariam um padrão de renovação e mobilidade social na política. Em termos práticos, a juventude parlamentar, muitas vezes celebrada como sinal de renovação, pode mascarar a continuidade de velhas elites sob novos nomes e sobrenomes e siglas partidárias ao longo de um período eleitoral mais amplo.

A proposta de análise dos deputados federais jovens eleitos entre 2002 e 2022 tem como objetivo compreender exatamente o perfil dos políticos que estão em posição potencial de desenvolvimento iniciante (em termos etários) de uma carreira política em nível federal, por isso, a escolha analítica em estudar os deputados federais jovens entre os 21 e 34 anos. Este recorte favorece entender a fundo qual o capital familiar de uma parcela dos deputados em início de carreira em nível federal diante da oportunidade institucional que delimita que a idade de 21 anos é o ponto de partida para a possibilidade de ter uma carreira legislativa federal, algo que dialoga com os padrões de carreira delimitados por Borchert (2011).

A conquista minoritária de mandatos de deputado federal por parte de políticos jovens (21 a 34 anos) nas eleições entre 2002 e 2022 é um traço marcante na série histórica de eleitos durante o período (Gráfico 1). Em todos os pleitos analisados, os não-jovens (35 anos ou mais) representaram mais de 90% do total de eleitos, confirmando um padrão de sub-representação da juventude na Câmara dos Deputados, já diagnosticada em estudos sobre elites legislativas brasileiras (Kerbaux, 2005; Santos e Rennó, 2004), que conforma-se em dificuldades que perpassam pelos custos de campanha, experiência e poder ao longo da trajetória em tese “iniciante”, a necessidade de capital social e a importância de redes familiares e partidárias para viabilizar uma eleição para o Legislativo federal (Miguel; Marques; Machado, 2015). Vale destacar que a presença jovem entre os eleitos se deu com um crescimento moderado até 2018. O percentual de eleitos na faixa de 21 a 34 anos aumentou de 5,8% em 2002 para 12,1% em 2018,

antes de cair para 9,4% nas eleições de 2022, apontando para um acúmulo crescente ao longo do período

Esta variação observada sugere que há momentos nos quais as condições políticas e sociais podem levar a um favorecimento a maior entrada de novos perfis, mas sem consolidar uma tendência permanente. Há um contexto específico em torno das eleições de 2018 marcada por forte renovação política e por discursos de crítica às elites tradicionais que dominavam o cenário político desde a redemocratização, ou seja, uma janela de oportunidade para jovens candidatos voltados a sustentar um forte discurso de necessidade de renovação política com novas lideranças emergindo na arena legislativa.



Fonte: elaboração dos próprios autores.

Há outro fator também a ser considerado, pois, o predomínio dos deputados não-jovens, contudo, reafirma que as carreiras políticas no Brasil tendem a ser construídas de forma longa e gradual, frequentemente iniciadas em arenas locais como câmaras municipais e prefeituras (Barbosa, 2020; Kerbaux, 2000). A trajetória ascendente depende de um processo amplo de acumulação de experiência, visibilidade pública e recursos organizacionais, muitas vezes

associados a estratégias familiares que asseguram estabilidade e continuidade na disputa. Neste sentido, os dados corroboram o argumento de que, embora os deputados jovens ingressem pontualmente no Legislativo nacional, a estrutura do sistema político brasileiro privilegia candidatos já consolidados e com bases herdadas, confirmando a persistência de um padrão de carreiras ancorado no tempo, na experiência de poder acumulada e no peso relevante do capital político familiar (Tabela 3).

Tabela 3 – Número absoluto de deputados federais eleitos por ano (2002 – 2022)

FAIXA ETÁRIA	2002	2006	2010	2014	2018	2022	Total
JOVENS	30	38	41	49	62	48	268
NÃO JOVENS	482	475	472	464	451	465	2809
TOTAL	513	513	513	513	513	513	3078

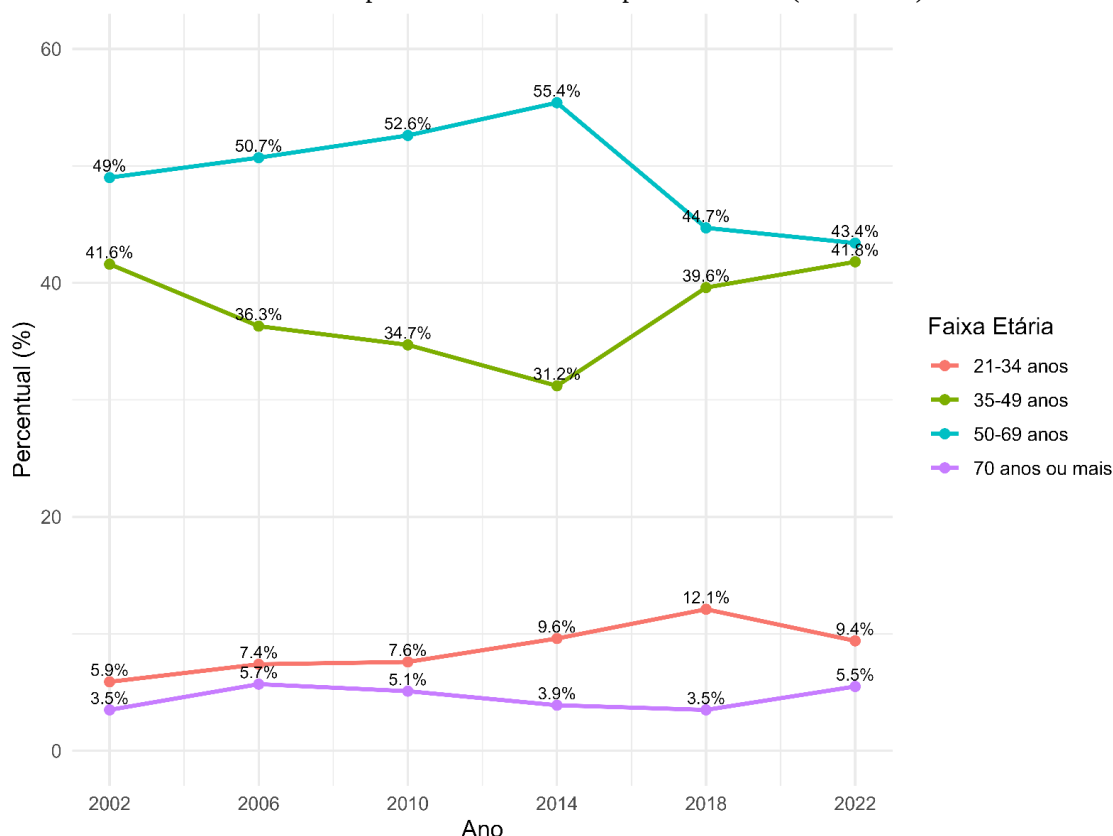
Fonte: elaboração própria dos autores.

A distribuição etária dos deputados federais eleitos no período evidencia a predominância de parlamentares de meia-idade e mais velhos no Legislativo brasileiro (Gráfico 2). Ao longo de todo o período, observa-se que a maior parte da Câmara foi composta por deputados entre 50 e 69 anos, grupo que iniciou com 49% em 2002, alcançou 55,4% em 2014 e recuou para 43,4% em 2022.

Os deputados eleitos na faixa de 35 a 49 anos também mantiveram participação expressiva ao longo do período, mas com oscilações na série histórica. Em 2002, eram 41,6% dos eleitos, proporção que caiu para 31,2% em 2014, mas voltou a crescer nas eleições mais recentes, chegando a 41,8% em 2022. Estes dois grupos etários, juntos, representaram de forma consistente mais de 80% da composição da Câmara durante toda a série histórica, o que confirma a centralidade das faixas etárias intermediárias no perfil de carreira dos deputados federais brasileiros. A participação dos parlamentares com 70 anos ou mais foi relativamente estável e minoritária, variando entre 3,5% em 2002 e 5,5% em 2022, confirmando a prevalência de um espaço reduzido para lideranças de maior idade na Câmara.

Já os jovens entre 21 e 34 anos constituíram uma minoria ao longo das últimas legislaturas. O percentual variou de 5,9% em 2002 para 7,6% em 2010, atingindo o ponto mais alto em 2018, quando chegaram a 12,1%, antes de recuar para 9,4% na eleição de 2022, reiterando que a presença jovem pode aumentar em conjunturas específicas, mas sem alterar o quadro geral de sub-representação ao longo do tempo.

Gráfico 2 –Deputados federais eleitos por faixa etária (2002-2022)



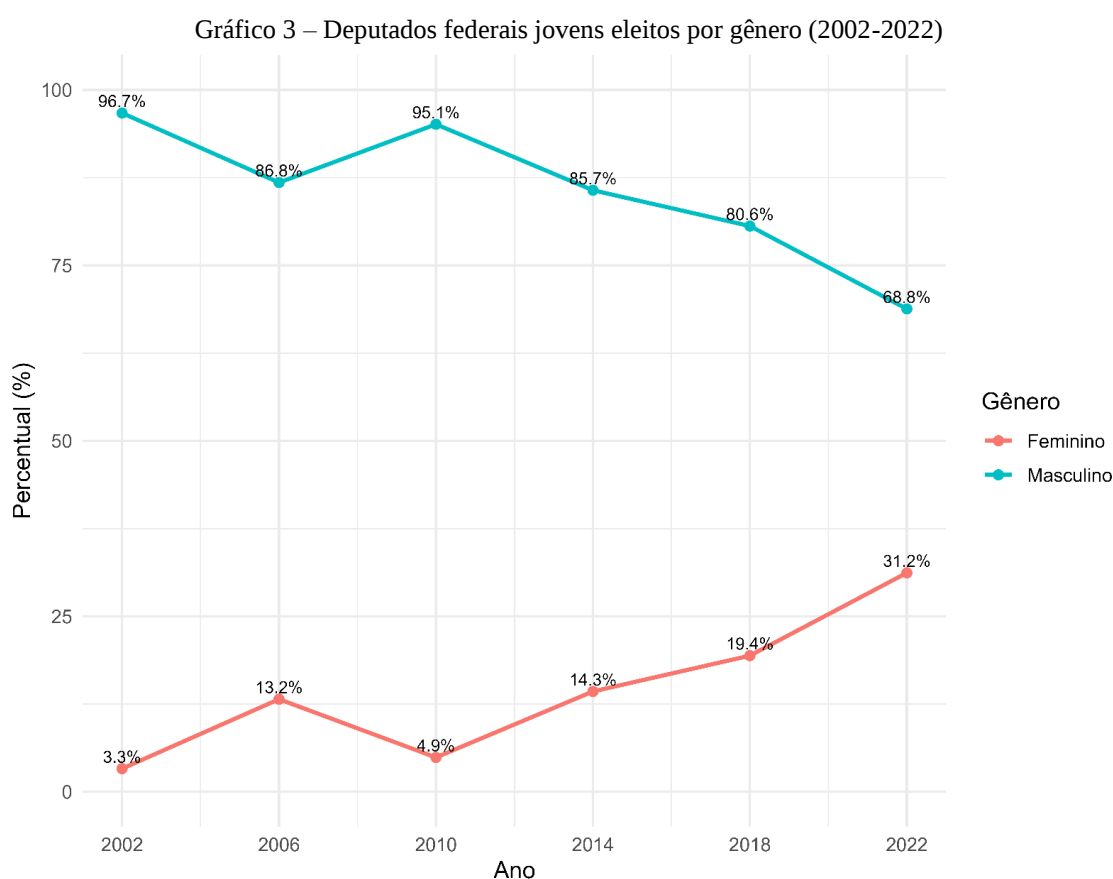
Fonte: TSE.

O gráfico 3 (abaixo) mostra a evolução da participação de homens e mulheres entre os deputados federais jovens (21 a 34 anos) eleitos no Brasil ao longo de seis eleições. Em 2002, quase a totalidade era composta por homens (96,7%), enquanto as mulheres representavam apenas 3,3%. A partir de 2006, a presença feminina aumentou de forma significativa para 13,2% em 2006 e recuou para 4,9% em 2010, mas cresceu em 2014, quando as mulheres passaram a representar 14,3% dos mandatos de deputados federais jovens. O salto mais significativo ocorreu a partir de 2018, quando as deputadas jovens atingiram 19,4% (12 eleitas), e sobretudo em 2022, quando alcançaram 31,2% (15 eleitas). Neste último pleito, os homens ainda foram a grande maioria dos eleitos, mas com o menor percentual da série histórica (68,8%).

Os dados revelam um processo gradual de redução da desigualdade de gênero entre os deputados jovens, ainda que distante de se alcançar uma paridade efetiva. A ampliação do espaço feminino acompanha a consolidação das cotas de gênero no sistema proporcional brasileiro e a pressão de movimentos sociais por maior representatividade (Araújo, 2010; Sacchet, 2018). O crescimento expressivo em 2018 e 2022 coincide com o fortalecimento de agendas feministas e com iniciativas partidárias mais estruturadas para cumprir a legislação que exige 30% de

candidaturas de mulheres. Entretanto, a participação feminina permanece minoritária mesmo entre os jovens, grupo em tese mais permeável a mudanças no perfil sociopolítico, o que reforça o argumento de que a política brasileira ainda é marcada por barreiras institucionais e culturais que limitam o acesso das mulheres à representação eleitoral.

De uma maneira geral, o ingresso precoce na carreira política ainda é um espaço fortemente masculinizado, o que se articula com pesquisas sobre carreiras políticas que destacam o peso de redes familiares e de capital político herdado como facilitadores do acesso, recursos que historicamente beneficiam mais os homens (Miguel; Marques; Machado, 2015). O aumento em 2022, contudo, sinaliza que essa tendência pode estar em transformação, abrindo brechas para trajetórias política mais diversas quanto aos segmentos sociais em disputa na arena eleitoral.



Fonte: elaboração dos próprios autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das estratégias de carreira dos deputados federais jovens brasileiros entre 2002 e 2022 permite qualificar o debate sobre profissionalização da política, ambição e reprodução de

elites no sistema representativo. Ao articular a literatura clássica de ambição política com os modelos de carreiras em sistemas multinível e com os estudos recentes sobre capital familiar, mostramos que a entrada precoce no Congresso Nacional dificilmente pode ser explicada apenas por atributos individuais ou por incentivos institucionais gerais. Em vez disso, ela está fortemente associada à capacidade de certas famílias converterem recursos acumulados – simbólicos, organizacionais e materiais – em vantagens duradouras no jogo eleitoral.

A noção de ambição política familiar proposta neste artigo busca captar precisamente este tipo de intersecção entre trajetória individual e herança política. Os dados indicam que a presença de jovens na Câmara dos Deputados permanece minoritária ao longo de todo o período, mas com variações limitadas e sem ruptura no padrão estrutural de sub-representação. Ao mesmo tempo, a incidência de capital político familiar entre os eleitos sugere que boa parte das oportunidades de ingresso precoce na carreira nacional está concentrada em segmentos já enraizados no sistema político. Ainda que haja sinais de aumento da presença feminina e de alguma diversificação geracional, esses movimentos parecem ocorrer sob forte mediação de dinastias políticas e de partidos capazes de gerir seletivamente seus recursos de recrutamento.

Do ponto de vista normativo, esses achados tensionam a ideia de que a simples renovação etária das bancadas implicaria, automaticamente, renovação substantiva da representação. Jovens deputados oriundos de famílias políticas consolidadas podem reduzir custos de carreira e ampliar a previsibilidade das trajetórias, mas tendem também a reforçar padrões de continuidade nas coalizões de poder e nas formas de vinculação entre representantes e representados. Para além da descrição do perfil dos jovens deputados, o artigo sugere uma agenda de pesquisa voltada a: (i) mensurar de forma mais precisa a ambição política familiar em diferentes níveis de governo; (ii) explorar seu impacto sobre padrões de competição intrapartidária e distribuição de recursos de campanha; e (iii) investigar como gênero, raça e origem social interagem com o capital familiar na definição de quem consegue transformar a vocação política em carreira profissional no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FGV-EAESP pela recepção, cuidado e acolhimento do nosso projeto de pós-doutorado, em especial, ao Prof. Cláudio Gonçalves Couto pela parceria e supervisão do nosso projeto entre os anos de 2024 e 2025.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio H. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. *El oficio de político*. Madrid: Tecnos, 2012.
- AMORIM NETO, Octavio. The presidential calculus: executive policy making and cabinet formation in the Americas. *Comparative Political Studies*, Thousand Oaks, v. 39, n. 4, p. 415-440, 2006.
- ANASTASIA, Fátima; CORRÊA, Izabela; NUNES, Felipe. Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: MENEGUELLO, Rachel (org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 95-120.
- ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 02, p. 567-584, 2010.
- BARBOSA, Alan Rangel. **Dinâmica dos municípios e representação política no Brasil**. Editora Appris, 2020.
- BLACK, Gordon S. A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives. *American Political Science Review*, v. 66, n. 1, p. 144-159, 1972.
- BOLOGNESI, Bruno; PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano. Reclutamiento político en Brasil: mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 61, n. 227, p. 247-278, 2016.
- BORGES, André; SANCHES FILHO, Alvino O. Federalismo, coalizões de governo e escolhas de carreira dos deputados federais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 1-27, 2016.
- BORCHERT, Jens. Individual ambition and institutional opportunity: a conceptual approach to political careers in multi-level systems. *Regional & Federal Studies*, v. 21, n. 2, p. 117-140, 2011.
- BRACE, Paul. Progressive ambition in the House: a probabilistic approach. *Journal of Politics*, v. 46, n. 2, p. 556-571, 1984.
- CODATO, Adriano; CERVI, Emerson U. Recrutamento político e trajetória parlamentar: padrões de carreira na Câmara dos Deputados do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 65, p. 1-23, 2018.
- CODATO, Adriano; SAINZ, Nilton. Carreira e ambição política na Câmara dos Deputados do Brasil: uma proposta de análise tridimensional. *SciELO Preprints*, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7169.
- COUTO, Cláudio G. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COX, Gary W.; McCUBBINS, Mathew D. *Legislative Leviathan: Party Government in the House*. Berkeley: University of California Press, 1993.

DAL BÓ, Ernesto; DAL BÓ, Pedro; SNYDER, Jason. Political dynasties. *The Review of Economic Studies*, v. 76, n. 1, p. 115-142, 2009.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Gaining and Losing Interest in Running for Public Office: The Concept of Dynamic Political Ambition. *The Journal of Politics*, v. 73, n. 2, p. 443–462, abr. 2011.

GEYS, Benny. Political dynasties, electoral institutions and politicians' human capital. 2017.

GELAPE, Lucas de Oliveira. *Apesar de tudo, carreiras políticas locais: padrões alternativos, reeleição e partidos nas trajetórias de vereadores*. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de São Paulo, 2022.

HALL, R. L.; HOUWELING, R. P. V. Avarice and Ambition in Congress: Representatives' Decisions to Run or Retire from the U.S. House. *American Political Science Review*, v. 89, n. 01, p. 121–136, mar. 1995.

HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon. *Democracy within parties: candidate selection methods and their political consequences*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

KERBAUY, Maria Teresa M. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara: UNESP, 2000.

KOUSSER, T.; MACKENZIE, S. A. Legislative Careers. In: MARTIN, S.; SAALFELD, T.; STRØM, K. (Ed.). *The Oxford Handbook of Legislative Studies*. 1. ed. New York, NY: Oxford University Press, 2014. p. 287–308.

MACKENZIE, S. A. Strategy, choice and the pathways to power: sequence analysis of political careers. Tese (Tese de Doutorado) — University of California San Diego, San Diego, 2009.

MAESTAS, Cherie D.; ATKESON, Lonna Rae; CARRILLO, Nancy. Shifting ambition: career transitions of state legislators. *Legislative Studies Quarterly*, v. 31, n. 4, p. 663-684, 2006.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization. *Handbook of party politics*, v. 11, n. 6, p. 204-227, 2006.

MENDOZA, Ronald U. et al. An empirical analysis of political dynasties in the 15th Philippine Congress. *Philippine Political Science Journal*, v. 33, n. 2, p. 1-27, 2012.

MESSIAS, Gelma Gabriela. *Ambição política e carreira parlamentar: o caso dos vereadores de Salvador (1997–2012)*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 72, e004, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos A. M. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015.

NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. *Political Recruitment: gender, race and class in the British Parliament*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

POLSBY, Nelson W. The institutionalization of the U.S. House of Representatives. *American Political Science Review*, v. 62, n. 1, p. 144-168, 1968.

QUERUBÍN, Pablo. Family and politics: dynastic persistence in the Philippines. *Quarterly Journal of Political Science*, v. 11, n. 2, p. 151-181, 2016.

RAHAT, Gideon. The Choice Before the Choice: Candidate Selection and Democracy. *Journal of Democracy*, v. 18, n. 1, p. 157-170, 2007.

ROHDE, David W. Risk-bearing and progressive ambition: the case of members of the U.S. House of Representatives. *American Journal of Political Science*, v. 23, n. 1, p. 1-26, 1979.

SACCHET, Teresa. Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. *Colombia Internacional*, n. 95, p. 25-54, 2018.

SAMUELS, David J. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, Fabiano; RENNÓ, Lúcio. Estratégias de carreira e o recrutamento legislativo no Brasil. *Dados*, v. 47, n. 4, p. 695-733, 2004.

SANTOS, F.; PEGURIER, F. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. *Regional & Federal Studies*, v. 21, n. 2, p. 165-183, maio 2011.

SCHLESINGER, Joseph A. *Ambition and Politics: Political Careers in the United States*. Chicago: Rand-McNally, 1966.

SQUIRE, Peverill. Measuring State Legislative Professionalization: The Squire Index. *State Politics & Policy Quarterly*, v. 1, n. 1, p. 83-98, 2001.

STOLZ, Klaus. Moving up, moving down: political careers across territorial levels. *European Journal of Political Research*, v. 42, n. 2, p. 223-248, 2003.

TESTA, Graziella. Fortalecimento do Legislativo ou centralização do poder? In: DANTAS, Humberto; FERNANDEZ, M.; TESTA, G. (orgs.). *Governabilidade: instituições, atores e estratégias*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2023.

WEBER, Max. *A política como vocação*. São Paulo: Cultrix, 2004 [1919].